

LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE

MUNARI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Processo nº 5050977-45.2025.8.21.0010

1) IDENTIFICAÇÃO E OBJETO

O presente Laudo Econômico-Financeiro tem por objeto demonstrar a viabilidade do Plano de Recuperação Judicial do Munari Comércio de Combustíveis Ltda., nos termos do art. 53, II e III, da Lei nº 11.101/2005, mediante análise histórica, diagnóstico operacional, premissas de reorganização e projeção da capacidade de pagamento.

Responsável técnico: CÍCERO BALDISSERA. Registro profissional: CRC/RS 104.919. Data-base da análise: julho de 2026.

2) DOCUMENTOS E FONTES UTILIZADOS

- Balanços patrimoniais dos exercícios de 2023, 2024 e 2025;
- DREs de 2023, 2024, 2025 e parcial de 2026;
- balancetes e demonstrações analisados pela Administração Judicial;
- 1º Relatório Mensal de Atividades da RDV, referente às competências de março e abril de 2026;
- relação de credores e contratos de mútuo/nota promissória;
- informações sobre execuções cíveis, processos trabalhistas e passivo tributário;
- Plano de Recuperação Judicial e condições econômicas propostas;
- informações gerenciais disponibilizadas pela empresa e pela assessoria contábil.

3) LIMITAÇÕES E RESSALVAS

- A análise considera as divergências históricas existentes entre DRE, DLPA e saldos acumulados. Eventuais ajustes contábeis posteriores deverão ser refletidos nos relatórios mensais, sem alteração automática das condições centrais do Plano.
- A rubrica caixa/disponibilidades foi tratada como saldo contábil sujeito a conciliação e, por prudência, não foi considerada integralmente como caixa livre para pagamento dos credores.

- O passivo fiscal federal permanece estimado, pois o acesso integral ao e-CAC/Regularize está em regularização após o falecimento da antiga responsável perante o CNPJ.
- Os valores das execuções cíveis e dos créditos trabalhistas permanecem sujeitos à liquidação, atualização, abatimentos e decisões judiciais.
- As projeções representam o cenário-base técnico adotado para a análise da viabilidade, devendo sua execução ser acompanhada periodicamente pela Recuperanda e pela Administração Judicial.

4) ANÁLISE HISTÓRICA

PERÍODO	RECEITA	RESULTADO	LEITURA
2023	R\$ 5.412.911,83	- R\$ 587.379,60	Deterioração de margem e resultado negativo
2024	R\$ 5.190.581,69	- R\$ 1.324.757,83	Pico da crise contábil e financeira
2025	R\$ 6.363.305,32	R\$ 404.771,43	Retomada da receita e resultado positivo
2026 até 28/02	R\$ 1.404.832,31	R\$ 127.159,98	Resultado positivo no início do exercício
Mar-abr/2026	R\$ 1.603.373,00	R\$ 24.684,59	Operação positiva, porém com margem estreita

A recuperação do resultado em 2025 e 2026 demonstra que a atividade possui capacidade econômica, mas a geração de caixa é insuficiente para absorver o passivo pretérito nas condições originais. A reestruturação do endividamento é, portanto, condição para a continuidade.

5) ESTRUTURA DO PASSIVO

GRUPO	VALOR	TRATAMENTO
Classe I - Trabalhista	R\$ 100.000,00	Concursal
Classe III - Quirografários	R\$ 4.862.012,54	Concursal
Passivo fiscal estimado	R\$ 1.294.810,78	Extraconcursal/não sujeito
TOTAL ECONÔMICO ESTIMADO	R\$ 6.256.823,32	Sujeito a atualização

6) PREMISSAS DO PLANO

PREMISSA	VALOR/CONDIÇÃO
Deságio Classe III	78%
Saldo Classe III	22% = R\$ 1.069.642,76
Carência Classe III	12 meses
Parcelamento Classe III	120 parcelas mensais
Parcela-base	R\$ 8.913,69, antes da atualização
Atualização	TR + juros simples de 1% ao ano
Classe I	Pagamento integral em até 12 meses
Passivo fiscal	Negociação paralela, com provisão estimada de desembolso anual entre R\$ 120.000,00 e R\$ 150.000,00 após a formalização

7) PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - CENÁRIO BASE

ANO	RECEITA PROJETADA	MARGEM DE CAIXA	CAIXA DISPONÍVEL	SERVIÇO DA DÍVIDA*	FOLGA	COBERTURA
2026	R\$ 12.000.000	2,4%	R\$ 288.000	R\$ 100.000	R\$ 188.000	2,88x
2027	R\$ 12.360.000	2,5%	R\$ 309.000	R\$ 226.965	R\$ 82.035	1,36x
2028	R\$ 12.730.800	2,6%	R\$ 331.001	R\$ 226.965	R\$ 104.036	1,46x
2029	R\$ 13.112.724	2,7%	R\$ 354.044	R\$ 226.965	R\$ 127.079	1,56x
2030	R\$ 13.506.106	2,8%	R\$ 378.171	R\$ 226.965	R\$ 151.206	1,67x

* Serviço da dívida estimado: pagamento da Classe I no primeiro ano; a partir do segundo ano, parcelas anuais da Classe III de aproximadamente R\$ 106.964,28, acrescidas de provisão fiscal anual de R\$ 120.000,00. Os valores poderão ser atualizados conforme as condições efetivamente formalizadas na negociação tributária.

A projeção parte de receita anualizada próxima à média observada no início de 2026, crescimento nominal de 3% ao ano e margem de caixa entre 2,4% e 2,8%. O cenário demonstra cobertura superior a 1,0 durante o período projetado, com folga progressiva para capital de giro e contingências.

8) CENÁRIOS DE SENSIBILIDADE

CENÁRIO	PREMISSA	RESULTADO
Conservador	Receita 5% inferior ao cenário-base e margem de caixa de 1,8%	Cobertura pode se aproximar ou ficar abaixo de 1,0; exige redução adicional de custos e renegociação fiscal.
Base	Crescimento nominal de 3% e margem de 2,4% a 2,8%	Cumprimento compatível com a proposta, com folga crescente.
Favorável	Receita 5% superior e margem de 3,2%	Possibilidade de antecipação de parcelas e reforço de capital de giro.

9) MEDIDAS OPERACIONAIS NECESSÁRIAS

- controle diário de margem por combustível e por produto da loja de conveniência;
- conciliação bancária e de caixa mensal, com eliminação de saldos sem lastro;
- política de compras vinculada ao giro de estoque e ao prazo de fornecedores;
- segregação contábil dos passivos concursais, extraconcursais e tributários;
- orçamento mensal com limite de despesas e acompanhamento de desvios;
- regularização societária e fiscal para obtenção de parcelamento/transação;
- envio tempestivo de documentos à Administração Judicial e manutenção dos RMAs;
- preservação de capital de giro mínimo correspondente a, pelo menos, um ciclo de reposição de estoque.

10) CONCLUSÃO TÉCNICA

Com base nos documentos analisados e nas premissas adotadas, o Munari apresenta atividade operacional em funcionamento, receita recorrente e capacidade projetada de geração de caixa suficiente para suportar o Plano, desde que implementadas as medidas de reorganização, formalizada a regularização fiscal e preservadas as condições econômicas de deságio, carência e alongamento.

Conclui-se, sob a perspectiva econômico-financeira, que o Plano é viável no cenário-base apresentado. A viabilidade decorre da continuidade da operação e da geração futura de caixa, e não da liquidação do imobilizado, cujo

valor é reduzido. O cenário recuperacional tende a produzir retorno superior aos credores quando comparado à falência, ao preservar a atividade empresarial e evitar a destruição do valor do estabelecimento em funcionamento.

Bento Gonçalves/RS, 16 de julho de 2026.

CICERO BALDISSERA
CRC/RS 104.919